



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 053/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 234/2024

O **MUNICÍPIO DE CAMPO BOM**, por intermédio da Divisão de Licitação e Contratos, torna público, para conhecimento dos interessados, que na data, horário e local indicados realizará a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, objetivando a contratação de empresa especializada para a aquisição de mobiliário escolar para a Rede Municipal de Ensino de Campo Bom, conforme descrito nesse edital e seus anexos, e nos termos da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e da Lei Municipal nº 5.383/2023.

A sessão pública virtual do Pregão Eletrônico será conduzida pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, nomeados pela Portaria nº 60.083, de 03 de outubro de 2023, observando-se as condições estabelecidas neste Edital, em seus Anexos e, em estrita observância aos ditames legais vigentes, que regem as contratações públicas.

DATA, HORÁRIO E LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: A sessão pública do pregão será realizada no site www.portaldecompraspublicas no dia **22 de julho de 2024, com início às 09h30min**, horário de Brasília-DF. Somente poderão participar da sessão pública, as empresas que apresentarem propostas através do site descrito, até as **09h29min** do mesmo dia da sessão.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

MENOR PREÇO POR ITEM

MODO DE DISPUTA:

ABERTO

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada para a aquisição de mobiliário escolar para a Rede Municipal de Ensino de Campo Bom, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e no Anexo I - Termo de Referência.

2. DA CONDIÇÃO E DOS IMPEDIMENTOS À PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os licitantes que:

2.1.1. desempenhem atividade pertinente e compatível com o objeto licitado;



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

2.1.2. atendam às exigências constantes neste edital e dos seus anexos, inclusive quanto à documentação requerida;

2.1.3. estejam devidamente cadastrados junto ao Órgão Provedor do Sistema, através do site www.portaldecompraspublicas.com.br.

2.1.3.1. Como requisito para participação no Pregão, em campo próprio do sistema eletrônico, o licitante deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

2.2. Constituem impedimentos à participação na presente licitação:

2.2.1. a suspensão do direito de licitar e contratar pelo Município de Campo Bom, no prazo e nas condições do impedimento, ou cujos diretores, sócios ou dirigentes tenham participado de outra pessoa jurídica que, da mesma forma, tenha sido suspensa de licitar ou de contratar, garantidos o contraditório e a ampla defesa na segunda hipótese;

2.2.2. atuar em ramo divergente de atividade da qual se relaciona o objeto deste certame;

2.2.3. ter sido declarada como inidônea por qualquer órgão da Administração Pública, no prazo e nas condições da declaração;

2.2.4. estar em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

2.2.5. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.2.6. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.2.7. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.2.8. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

2.2.9. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.2.10. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.2.11. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.2.12. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

2.3. O impedimento de que trata o item 2.2.7 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.4. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.2.5 e 2.2.6 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.5. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.6. O disposto nos itens 2.2.5 e 2.2.6 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.7. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

3. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

3.1. A licitante deverá efetuar seu credenciamento junto ao órgão provedor, através do site www.portaldecompraspublicas.com.br, devendo estar apto para participar e formular lances, por meio eletrônico.

3.2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

3.3. O credenciamento do licitante, junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade integral e a presunção de sua capacidade operacional para realizar as transações inerentes a este Pregão.

3.4. O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade da licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de Campo Bom, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.5. Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

3.6. Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

3.7. Utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica.

3.8. Solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.3.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.5. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3 ou 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.6. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.7. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.8. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta.

4.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

4.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4.11. O modo de disputa adotado para este procedimento será o “**Aberto**”, na forma do artigo 56, inciso I da Lei nº 14.133, de 2021.

6

5. DA PROPOSTA DE PREÇOS

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Na proposta deverá ser indicado o preço unitário/total, conforme o caso exigir, com os valores expressos em algarismos e por extenso, sendo de total responsabilidade da licitante os preços ofertados.

5.1.2. A proposta deverá referir claramente, por item, a MARCA/TIPO/MODELO e FABRICANTE/FORNECEDOR (sempre que for o caso) do produto ofertado (sendo admitida a apresentação de apenas uma marca por item), valor unitário e o preço líquido pretendido pelo conjunto de unidades da mesma espécie, entendendo-se como preço líquido, o preço de venda ao consumidor, já computados todos e quaisquer descontos especiais que possam ser oferecidos;

5.1.2.1. A não apresentação de MARCA/TIPO/MODELO do produto ofertado acarretará a desclassificação imediata e automática da proposta.

5.1.2.2. A apresentação de duas ou mais MARCAS/TIPOS/MODELOS para o produto ofertado no item, acarretará a desclassificação imediata e automática da proposta.

5.1.3. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema, ou de sua desconexão.

5.4. As propostas que eventualmente contemplem objetos/serviços que não correspondam às especificações contidas neste Edital, serão desconsideradas.

5.5. O prazo da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias a contar da data da sessão pública.



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

5.6. O preço global/total, conforme o caso, deverá incluir todas as despesas com materiais, mão de obra, leis sociais, impostos, taxas, transporte, estadia, emolumentos, cópias etc., que possam incidir na execução dos serviços e/ou fornecimento do produto/objeto do presente certame.

5.7. A apresentação de proposta será considerada como evidência de que o proponente examinou criteriosamente o conteúdo do edital e seus anexos e julgou-os suficientes para a elaboração de proposta voltada ao atendimento do objeto licitado em todos os seus detalhamentos.

6. DO PROCEDIMENTO

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.4. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.6. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 1,00 (um real).

6.7. A etapa competitiva, de envio de lances na sessão pública, durará 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.8. A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

6.9. Na hipótese de não haver novos lances, a sessão pública será encerrada automaticamente.



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

6.10. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro realizará a etapa de negociação com o(s) licitante(s) que tenha(m) apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no edital.

6.10.1. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.10.2. O prazo da negociação será definido a critério do pregoeiro, não sendo inferior a 10 (dez) minutos.

6.11. O licitante, classificado em primeiro lugar, após a negociação com o pregoeiro, deverá, **no prazo de duas horas, anexar no sistema eletrônico a proposta atualizada, adequada ao último lance proposto, bem como os documentos de habilitação, sob pena de não aceitação da proposta.**

6.11.1. Quando em determinado item, não houver sucessão de lances e, não haver negociação de novo valor com o pregoeiro ou ainda por qualquer outro motivo não houver alteração no valor proposto originário, quando do cadastro da proposta, não haverá a necessidade de envio de nova proposta, conforme exige o item 6.11.

6.11.2. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido no item 6.11, a partir da solicitação fundamentada, feita no chat, pelo licitante, antes do fim do prazo.

6.12. Encerrada a etapa de negociação, recebida a proposta atualizada (quando for o caso), o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto (catálogos e descrições técnicas, quando exigidos) e, à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação. Em ato contínuo, verificará a habilitação da licitante conforme disposições do edital.

6.13. O Pregoeiro antes da habilitação do licitante procederá consulta no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>) quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

6.14. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 4.4 deste edital.

6.15. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

6.16. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 6.16.1. conter vícios insanáveis;
- 6.16.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 6.16.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 6.16.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 6.16.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.17. Por se tratar de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.18. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item 6.17, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

- 6.18.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta;

6.19. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

6.20. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7. DA HABILITAÇÃO

7.1. Para fins de habilitação e participação do pleito, o licitante declarado vencedor, deverá encaminhar por meio do sistema, juntamente com a proposta atualizada, os seguintes documentos de habilitação:

7.1.1. Relativos à Habilitação Jurídica:

7.1.1.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

7.1.1.2. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio

<https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

7.1.1.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.1.1.4. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

7.1.1.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.1.1.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

7.1.1.7. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

7.1.2. Documentação Relativa à Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:

7.1.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

7.1.2.2. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

7.1.2.3. Prova de regularidade Estadual;

7.1.2.4. Prova de regularidade Federal;

7.1.2.5. Prova de regularidade perante o Município sede da licitante;

7.1.2.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

7.1.2.7. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples.

7.1.3. Documentação Relativa à Regularidade Econômico-Financeira:

7.1.3.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II).



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

7.1.4. Capacidade Técnica:

7.1.4.1. Atestado de Capacidade Técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando o fornecimento de objeto compatível com o licitado e atestando o bom desempenho do fornecimento.

7.1.4.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

7.1.4.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

7.1.5 Documentação complementar:

7.1.5.1. Declaração de Negativa de Inidoneidade e Ausência de Fato Impeditivo para Licitar com o Poder Público, conforme modelo apresentado no Anexo III, assinada pelo representante legal da licitante, sob as penas da lei.

7.1.5.2. Declaração de que seus empregados estão capacitados e/ou firmaram termo de responsabilidade de cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, conforme Anexo IX.

7.1.5.3. Declaração de que atendem aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei, conforme modelo apresentado no Anexo VI.

7.1.5.4. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme modelo apresentado no Anexo VII.

7.1.5.5. Declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de entrega das propostas, conforme modelo apresentado no Anexo IV.

7.1.5.6. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição, conforme modelo apresentado no ANEXO X.



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

7.2. Todos os documentos exigidos no presente instrumento convocatório poderão ser enviados eletronicamente, em campo próprio via sistema.

7.3. A documentação que faz prova da regularidade fiscal poderá ser apresentada mediante documentos extraídos via Internet, cuja aceitação ficará condicionada à verificação de sua autenticidade, pelo acesso ao site do Órgão que os expediu.

7.4. As certidões que não tenham prazo de validade expresse terão como válidas pelo prazo de 90 (noventa) dias, contados de sua emissão.

7.5. O licitante que deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos ou os apresentar em desacordo com o estabelecido neste instrumento convocatório ou com irregularidades será inabilitada.

7.6. A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte que tiver interesse na utilização dos benefícios da Lei Complementar n.º 123/2006, deverá apresentar declaração de enquadramento, nos termos do Anexo V ou Certidão da Junta Comercial.

7.7. A Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte que possuir restrição em qualquer dos documentos de regularidade fiscal ou trabalhista, previstos neste edital, em sendo declarada vencedora, será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, a contar da data da declaração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positiva com efeito de certidão negativa.

7.8. O benefício de que trata o item anterior não eximirá licitante da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.

7.9. A não regularização da documentação, no prazo fixado implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

8. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

8.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

8.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

8.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverá ser realizada por forma eletrônica, exclusivamente por meio de formulário eletrônico, devidamente registrados no site www.portaldecompraspublicas.com.br, ignorando-se qualquer outra forma de manifestação.

8.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

8.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

8.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

8.7. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro estarão disponíveis para consulta no Portal de Compras Públicas.

9. DO JULGAMENTO E DOS RECURSOS

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo recursal é de **3 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada pelo licitante, quando aberto prazo de 10 minutos para intenção de recurso pelo Pregoeiro, sob pena de preclusão;

9.3.2. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.3.3. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema, **ignorando-se qualquer outra forma de manifestação.**

9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou,



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br

10. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

10.1. O objeto da licitação será adjudicado e homologado ao licitante declarado vencedor, caso não haja interposição de recurso, pela autoridade competente.

10.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará e homologará o procedimento licitatório.

10.3. A homologação não implica em direito à contratação.

11. DO CONTRATO

11.1. É parte integrante do presente Edital a minuta de contrato, em seu Anexo II, devendo ser assinado em até 05 (cinco) dias úteis, contados da data da sua notificação, prorrogáveis por uma vez, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, mediante solicitação devidamente justificada por parte do interessado.

11.2. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas neste Edital, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

11.3. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no item 5.5 deste Edital, sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

11.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação, nos termos do item 11.2 deste Edital, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

11.4.1. convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

11.4.2. adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11.5. O Contrato deverá ser assinado pelo Representante legal das licitantes.

11.6. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas, previstas neste edital, e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão licitante.

12. PRAZOS DE EXECUÇÃO E DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

12.1. O contrato decorrente da presente licitação terá o prazo de vigência de 90 (noventa) dias, a contar da data de sua assinatura, justificadamente, a critério da Administração.

12.2. O objeto da presente licitação deverá ser executado no prazo estabelecido no cronograma físico-financeiro, a contar da ordem de início emitida pela Administração, podendo ser prorrogado, justificadamente, a critério da Administração.

13. PRAZOS, CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. O pagamento será efetuado contra empenho, após o recebimento do objeto, e mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura, correndo a despesa da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s)/Rubricas:

06.06.2.109.4.4.90.52.42.01.00.00 (1402/2024)

06.06.2.126.4.4.90.52.42.01.00.00 (1486/2024)



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

06.06.2.141.4.4.90.52.42.01.00.00 (1500/2024)

13.2. A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo, número do pregão eletrônico e da ordem de fornecimento, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento do material e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

13.3. O pagamento será realizado respeitando a ordem de classificação dos créditos e listas, e efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da apresentação da nota fiscal ou documento equivalente de cobrança.

13.4. Os demais dispositivos disciplinadores do pagamento constam no Anexo II - Minuta do Contrato.

13.5. Pelos débitos pagos em atraso, a Administração responderá perante a contratada pelo que deu causa, sendo que o critério de atualização monetária terá por base o INPC, e, a título de penalidade, juros de mora, à razão de 0,2%, ao mês.

14. FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

14.1. A fiscalização do objeto e o recebimento dos serviços estão disciplinados nos dispositivos constantes no Anexo I – Termo de Referência e no Anexo II – Minuta do Contrato.

15. DAS SANÇÕES

15.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

15.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

15.2.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

15.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

15.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

15.3. Multa:

- a) moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;
- b) moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 20% (vinte por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
- c) O atraso superior a 30(trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

15.4. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

15.5. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

15.6. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

15.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

15.8. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

15.9. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

15.10. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.11. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

15.12. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

15.3. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

15.14. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

15.15. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

19

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Qualquer licitante poderá solicitar vistas relativamente ao processo em questão, no Setor de Licitações do Centro Administrativo Municipal, sito à Avenida Independência, nº 800 - Centro - Campo Bom/RS, entre as 12h30min e 18h30min, de segunda a quinta-feira, e das 07h30min às 13h30min nas sextas-feiras ou através do telefone (51)3598-8690 ou ainda através do site www.campobom.rs.gov.br e endereço eletrônico licitacoes@campobom.rs.gov.br.

16.2. O Pregoeiro e Equipe de Apoio, no interesse da Administração, poderão relevar omissões puramente formais observadas na documentação de habilitação e proposta de preços, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura do procedimento e fiquem atendidos o interesse público e o da Administração, sem comprometimento da segurança da contratação.

16.3. Na divergência de valores expressos entre valores numéricos e por extenso, prevalecerão estes últimos; entre preços unitários e totais, os primeiros.

16.4. O Pregoeiro e Equipe de Apoio ou ainda a autoridade superior poderá valer-se de pareceres emitidos por técnicos ou especialistas no assunto objeto desta licitação.

16.5. No caso de alteração neste Edital no curso do prazo estabelecido para a realização da licitação, o prazo será reaberto, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

16.6. São anexos deste Edital:

Anexo I – Termo de Referência;

Anexo II – Minuta de Contrato;

Anexo III – Modelo de declaração de negativa de inidoneidade e ausência de fato impeditivo para licitar com o poder público;



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

Anexo IV – Declaração da Proposta Econômica;
Anexo V – Modelo de Declaração de enquadramento ME/EPP;
Anexo VI – Modelo de Declaração Requisitos de Habilitação;
Anexo VII – Modelo de Declaração Reserva de Cargos;
Anexo VIII – Modelo de Proposta de Preços;
Anexo IX – Modelo de Declaração de Cumprimento da LGPD;
Anexo X – Modelo de Declaração do art. 7º, XXXIII da CF.

20

17. DO FORO

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Campo Bom - RS, para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

Luciano Libório Baptista Orsi
Prefeito Municipal

Sabrina Diana Geib
Assessora Jurídica Municipal
OAB/RS 86.725



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

ANEXO I

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 053/2024
TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO:

1.1. O presente Termo de Referência tem por objetivo a contratação de empresa especializada para a aquisição de mobiliário escolar para a Rede Municipal de Ensino de Campo Bom, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTD.
1	ARMÁRIO 2 PORTAS COM CHAVE, 3 PRATELEIRAS INTERNAS, COR OVO, TAMANHO APROXIMADO 160 X 90 X 42 (AXLXP), EM MELAMÍNICO MDP	UN	19
2	ARMÁRIO 2 PORTAS EM MDF - ESPESSURA 18MM (FUNDO DE NO MÍNIMO 15MM), TITALMENTE EM MELAMÍNICO BP NA COR OVO, COM CHAVE, ALTURA DE 180 A 210MM, LARGURA DE 85 A 110MM, PROFUNDIDADE DE 40MM, PUXADORES METÁLICOS OU EM ABS NA COR OVO, COM04 PRATELEIRAS CAPACIDADE MIN 40 KG, SAPATAS PROTETORAS, DEVE SER ENTREGUE TOTALMENTE MONTADO.	UN	02
3	ARMÁRIO DE AÇO DE 02 PORTAS - ALTURA DE 185 A 210 CM, LARGURA DE 80 A 110 CM, PROFUNDIDADE DE 37 A 47 CM; COM MATA JUNTA; FECHADURA CONJUGÁVEL COM CHAVE; 04 PRATELEIRAS CAPAZES DE SUPORTAR 40KG; TODO EM CHAPA DE NO MÍNIMO #26 (0,45MM); PINTURA ELETROSTÁTICA COM TINTA À PÓ NA COR CINZA OU BRANCA, SAPATAS PLÁSTICAS PROTETORAS; GARANTIA TOTAL DE 01 ANO; DEVE SER ENTREGUE TOTALMENTE MONTADO.	UN	02
4	ARMÁRIO DUAS PORTAS BAIXO - EM MDF 18MM, NA COR OVO, MEDINDO EM TORNO DE 75X90X40 CM, 2 PORTAS COM CHAVE, COM PRATELEIRAS INTERNAS.	UN	02
5	ARMÁRIO ESTANDE CONTENDO NA PARTE INFERIOR 2 PORTAS E NA PARTE SUPERIOR 3 PRATELEIRAS	UN	10



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

	MEDINDO EM TORNO DE 160X090X042 MATERIAL MDF COM ACABAMENTO DE ALTA QUALIDADE.		
6	ARQUIVO DE AÇO DE 4 GAVETAS - ARQUIVO DE AÇO OFÍCIO 4 GAVETAS, FECHADURA COM 2 CHAVES, COR CINZA PADRÃO. FABRICADO EM CHAPA DE AÇO DE ESPESSURA MÍNIMA N° 22 (0,75MM), TRATADA COM ANTIFERRUGINOSO E PINTURA EPÓXI-PÓ POR PROCESSO ELETROSTÁTICO. POSSUIR 4 GAVETAS COM DESLIZAMENTO POR CARRINHO TELESCÓPICO E CAPACIDADE DE PESO MÍNIMO 35KG POR GAVETA. POSSUIR PUXADOR TIPO ALÇA E PORTA ETIQUETAS. DIMENSÕES APROXIMADAS: 133X47X68 (AXLXP).	UN	03
7	BANCADA PARA TRABALHO COM 4 BANQUETAS - A BANCADA DEVE MEDIR APROXIMADAMENTE 110X920X800MM (LXAXP). O MATERIAL DEVE SER EM MDF RESISTENTE À UMIDADE; TAMPO COM ESPESSURA DE PELO MENOS 35MM EM COR DE TONALIDADE CLARA AMADEIRADA, ESTRUTURA COM BUCHAS E PARAFUSOS METÁLICOS EM AÇO CARBONO ZINCADO, ANTIFERRUGEM, ACABAMENTO DOS CANTOS DEVE SER ARREDONDADO E SEM PARTES CORTANTES; PÉS E ESTRUTURA EM TUBO DE AÇO CARBONO ARREDONDADO, LISO, ANTIFERRUGEM, EM PINTURA ELETROSTÁTICA NA COR PRETA COM PELO MENOS 2 RODINHAS PARA MELHOR MOBILIDADE E TOMADA AO CENTRO DA BANCADA. CADA BANCADA DEVE VIR ACOMPANHADA DE QUATRO BANQUETAS COM ALTURA DE PELO MENOS 55CM, COM ASSENTO ESTOFADO NA COR PRETA, ESTRUTURA EM AÇO CARBONO ARREDONDADA, LISA, ANTIFERRUGEM, PINTURA ELETROSTÁTICA NA COR PRETA COM APOIO PARA OS PÉS NAS LATERAIS. DEVE ATENDER ÀS NORMAS DE SEGURANÇA VIGENTES, POSSUIR REPOSIÇÃO DE PEÇAS E TER GARANTIA DE FÁBRICA	UN	04
8	BANCOS GRANDES DE FÓRMICA – 3M COMPRIMENTO X 45CM DE ALTURA – COR BEGE.	UN	02
9	BANQUETA PRETA COM ENCOSTO E COM ASSENTO ESTOFADO PRETO, MEDIDAS: LARG. 36CM, PROF. 37CM, ALT. 82CM.	UN	03



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

10	CADEIRA COM BRAÇOS, ESTOFADA EM COURVIN PRETO, FIXA, QUATRO PÉS REFORÇADOS FIXOS EM ESTRUTURA DE AÇO.	UN	01
11	CADEIRA ESTOFADA GIRATÓRIA COM BRAÇOS - COURVIN PRETO, RODÍZIOS, ESTRUTURA METÁLICA REFORÇADA, REGULAGEM DE ALTURA, PISTÃO A GÁS, SUPORTAR 120KG (MIN)	UN	23
12	CONJUNTO ALUNO COMPOSTO DE CARTEIRA E CADEIRA: - CARTEIRA: ESTRUTURA EM TUBO DE AÇO 29X58MM EM CHAPA 16(1,5MM). PÉS EM TUBO DE AÇO 38MM (1 ½ ") EM CHAPA 16(1,5MM). FIXAÇÃO DO TAMPO EM TUBO 20X20 (PAREDE 1,50MM). PONTEIRAS E SAPATAS EM POLIPROPILENO NA COR AZUL, FIXADAS POR REBITES DE REPUXO DIÂMETRO DE 4,80MM, COMPRIMENTO 12MM. TRATAMENTO ESPECIAL ANTICORROSIVO E DESENGRAXANTE. PINTURA EM EPÓXI-PÓ, COR CINZA. PORTA LIVROS (503X304MM) EM POLIPROPILENO NA COR CINZA, FIXADO À ESTRUTURA LONGITUDINAL ATRAVÉS DE REBITES DE REPUXO. TAMPO RETANGULAR EM ABS (600X450MM) TEXTURIZADO NA COR CINZA 4MM DE ESPESSURA, SUPERFÍCIE PLANA SEM PORTA COPO E SEM PORTA CANETAS, BORDAS LATERAIS EM ALTO BRILHO (ABAS QUE ENVOLVEM A ESTRUTURA NAS DIMENSÕES DE 45MM DE ALTURA NO LADO POSTERIOR DO TAMPO COM REDUÇÃO PARA 21MM NA PARTE DO CONTATO COM O USUÁRIO) COM FRIZO PARA MAIOR RESISTÊNCIA, NERVURAS TRANSVERSAIS E LONGITUDINAIS PARA REFORÇO À TRAÇÃO NA PARTE INFERIOR DO TAMPO. ALTURA DA MESA: 760MM. APRESENTAR NA PROPOSTA DE PREÇOS CERTIFICADO DE CONFORMIDADE DO INMETRO PARA O MODELO ESPECIFICADO DE ACORDO COM A NORMA NBR 14006/2008 E PORTARIA 105/2012 DO INMETRO COM O NÚMERO DO SELO ACOMPANHADO DO RELATÓRIO DE ENSAIO COM IMAGEM DO PRODUTO ESPECIFICADO EMITIDO POR LABORATÓRIO ACREDITADO PELO INMETRO E ACOMPANHADO DO RELATÓRIO DE LAUDO DE CONFORMIDADE COM A NORMA NBR 14006/2008	UN	300



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

	<p>EMITIDO PELA ABNT/OCP. €€ CADEIRA: ESTRUTURA EM TUBO DE AÇO 20,7MM, EM CHAPA 14(1,90MM). PONTEIRAS, SAPATAS E ESPAÇADORES DO ASSENTO, EM POLIPROPILENO COPOLÍMERO VIRGEM, INJETADOS NA COR AZUL, FIXADAS POR ENCAIXE E PINO EXPANSOR. PROTEÇÃO DA SUPERFÍCIE COM TRATAMENTO ESPECIAL ANTICORROSIVO E DESENGRAXANTE. PINTURA EM EPÓXI-PÓ, HÍBRIDA COR CINZA. ASSENTO (400X400MM) E ENCOSTO (396X198MM) EM POLIPROPILENO INJETADOS, ANATÔMICOS, COR AZUL. ALTURA DO ASSENTO AO CHÃO 460MM.</p>		
13	<p>CONJUNTO MESA E BANCO PARA REFEITÓRIO (COMPOSTO DE 01 MESA E 02 BANCOS COM ENCOSTO): BANCOS PARA REFEITÓRIO: RETANGULAR, COM ENCOSTO MEDINDO 200X30MM, CONFECCIONADA COM TUBO30X30 (PAREDE1,20), COM 06 PÉS E REQUADRO EM TUBO 20X30MM NA PARTE INFERIOR DO ASSENTO, SOLDAGEM ELETRÔNICA MIG C/ TRATAMENTO ANTICORROSIVO E PINTURA EPÓXI COR PRETA, ASSENTO EM MDF DE 18MM, TAMANHO 2,00X0,30CM, REVESTIDO C/ LAMINADO FÓRMICA NA COR CASCA DE OVO, C/ BORDAS EM PVC, FIXADO C/ PARAFUSO AUTO-ATARRACHANTE E PONTEIRA NOS PÉS. ALTURA APROXIMADA DE 32CM. MESA PARA REFEITÓRIO: RETANGULAR, MEDINDO 200MMX80MM, CONFECCIONADA COM TUBO 30X30M (PAREDE1,20) NOS 04 PÉS E REQUADRO EM TUBO 20X30MM NA PARTE INFERIOR DO TAMPO, SOLDAGEM ELETRÔNICA MIG C/ TRATAMENTO ANTICORROSICO E PINTURA EPÓXI COR PRETA, TAMPO EM MDF DE 18MM COM ENGROSSAMENTO REVESTIDO C/ LAMINADO FÓRMICA NA COR OVO, C/ BORDAS EM PVC. ALTURA 570MM.</p>	UN	08
14	<p>ESTANTE COM 8 DIVISÓRIAS INTERNAS MEDINDO EM TORNO DE 160X120X040 MATERIAL MDF COM ACABAMENTO DE ALTA QUALIDADE. COR EXTERNA BRANCA E INTERNA COLORIDA EM TONS CLARO – AZUL, ROSA, AMARELO E LARANJA.</p>	UN	12



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

15	ESTANTE DE AÇO, COR CINZA, 6 PRATELEIRAS, MEDINDO APROXIMADAMENTE 198X90X40 (AXLXP), CHAPA 26, REFORÇO EM X NAS LATERAIS E NO FUNDO, SUPORTAR 50 KG POR PRATELEIRA.	UN	10
16	ESTANTE MONTA CARGA ESTANTE MONTA CARGA – ENCAIXÁVEL COM ESTRUTURA CONFECCIONADA EM CHAPA DE AÇO DE BAIXO TEOR DE CARBONO COMPOSTA DE 04 COLUNAS COM ESPESSURA DE 1,50MM DOBRADAS EM L COM RECORTES E PERFURAÇÕES EM SUAS ABAS QUE PERMITEM ENCAIXE DAS TRAVESSAS EM PASSOS DE 50MM. ESTANTE COMPOSTA DE 06 NÍVEIS COM LARGURA DE 1000MM E PROFUNDIDADE 450 MM. CADA NÍVEL É COMPOSTO DE 01 PRATELEIRA EM MADEIRA OSB COM ESPESSURA DE 10MM SOBREPOSTA A ESTRUTURA COMPOSTA POR 4 TRAVESSAS SENDO QUE A FRONTAL E A TRASEIRA SÃO DE ESPESSURA DE 1,50MM E AS LATERAIS POSSUEM ESPESSURA DE 1,20 MM DOBRADAS EM U COM SISTEMAS DE DOBRAS E RECORTE DE FORMA QUE SUA GEOMETRIA POSSIBILITE O ENCAIXE ENTRE TRAVESSA E COLUNA DE FORMA QUE A PRÓPRIA CARGA DA ESTANTE FAÇA O TRAVAMENTO, NÃO NECESSITANDO DE PARAFUSOS NEM DE TRAVAMENTOS DIAGONAIS PARA A SUSTENTAÇÃO DA ESTANTE. PEÇAS METÁLICAS POSSUEM TRATAMENTO QUÍMICO SUPERFICIAL FOSFATIZANTE, ANTIFERRUGINOSO E PINTURA EPÓXI PÓ COM CAMADA MÍNIMA DE 70 MICRAS. DIMENSÕES: LARGURA: 100CM X ALTURA 195 CMX PROFUNDIDADE 45CM	UN	08
17	MESA REFEITÓRIO EMPILHÁVEL TAMANHO JUVENIL, COMPOSTO POR UMA MESA E DOIS BANCOS. MESA: ESTRUTURA EM TUBO DE AÇO RETANGULAR 20X40 (PAREDE 1,50MM), TIPO MONOBLOCO (ESTRUTURA ÚNICA) COM CORTES SOB FORMA DE ÂNGULO PERMITEM O ENCAIXE DA MESA TORNANDO-A EMPILHÁVEL. TAMPO (2000X650MM) EM MDF DE 18MM DE ESPESSURA REVESTIDO EM LAMINADO MELAMÍNICO ACABADO NAS BORDAS COM PVC.	UN	08



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

	<p>ALTURA 580MM. BANCOS: ESTRUTURA EM TUBO DE AÇO RETANGULAR 20X40 (PAREDE 1,50MM), TIPO MONOBLOCO(ESTRUTURA ÚNICA) COM CORTES SOB FORMA DE ÂNGULO PERMITEM O ENCAIXE DA MESA TORNANDO-A EMPILHÁVEL. ASSENTO (1900X350MM) EM MDF DE 18MM DE ESPESSURA REVESTIDO EM LAMINADO MELAMÍNICO ACABADO NAS BORDAS COM PVC TIPO (T). ALTURA 340MM. APRESENTAR O CERTIFICADO DE CONFORMIDADE DO SISTEMA DE GESTÃO DE QUALIDADE, EMITIDO PELA ASSOC. BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT) CUJA CERTIFICADORA ESTEJA ENQUADRADA NO ESCOPO PARA CERTIFICAR O SGQ. O CERTIFICADO DEVERÁ CONTER O SELO DO INMETRO.</p>		
18	<p>MESA ACESSÍVEL COM 4 NÍVEIS DE AJUSTE E INCLINAÇÃO - MESA PCR, TAMPO REVESTIDO COM LAMINADO MELAMÍNICO. PORTA LIVROS TIPO CESTO EM ARAME 3/16, TAMANHO 360MM DE COMPRIMENTO X 90MM DE LARGURA X 265MM DE ALTURA, SOLDADO NA ESTRUTURA COM ESPAÇAMENTO MÁXIMO 60MM X 60MM, NA LATERAL. AJUSTE DE ALTURA EM 4 NÍVEIS. MESA: TAMPO 900X650MM (CXL). ALTURA FINAL, COMO SE TRATA DE UM MÓVEL AJUSTÁVEL SUA ALTURA MENOR É DE 640MM E A MAIOR DE 810MM. COR OVO.</p>	UN	04
19	<p>MESA DE REUNIÃO REDONDA, 1.20 DE DIÂMETRO, ALTURA PADRÃO 0.75CM, ESTRUTURA DOS PÉS EM AÇO REFORÇADO 1.2MM COM PINTURA EPÓXI COM TRATAMENTO ANTI FERRUGEM NA COR PRETA, PÉS COM PONTEIRAS PLÁSTICAS 30X30. TAMPO EM MDF, REVESTIDO COM LAMINADO MELAMÍNICO NA COR OVO</p>	UN	01
20	<p>MESA DE TRABALHO, COM GAVETEIRO COM 3 GAVETAS E CHAVE, NA – COR OVO, TAMANHO APROXIMADO DE 75X160X60 (AXLXP), EM MELAMÍNICO MDP.</p>	UN	10
21	<p>MESA HEXAGONAL – 1 CONJUNTO CONTÉM 6 MESAS INDIVIDUAIS E 6 CADEIRAS – 1 UNIDADE/CONJUNTO MESA: DEVE FORMAR UM CONJUNTO DE 6 MESAS</p>	UN	01



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

	<p>PERMITINDO DIFERENTES FORMAÇÕES: INDIVIDUAL, DUPLAS, GRUPOS; TAMPO DEVE SER EM MDF RESISTENTE À UMIDADE, COM ACABAMENTO MELAMÍNICO NA PARTE INFERIOR E SUPERIOR EM COR SÓLIDA DE TONALIDADE CLARA, ESTRUTURA DA MESA COM BUCHAS E PARAFUSOS METÁLICOS EM AÇO CARBONO ZINCADO; AS BORDAS DEVEM POSSUIR CANTOS ARREDONDADOS PARA PROTEÇÃO E RESISTÊNCIA, E ATENDER ÀS NORMAS DE SEGURANÇA; PÉS EM TUBO DE AÇO CARBONO ARREDONDADO, LISO, ANTIFERRUGEM, PINTURA ELETROSTÁTICA, POSSUIR PONTEIRA COM RODA, FACILITANDO A MOVIMENTAÇÃO E POSSUIR SISTEMA DE TRAVAMENTO DA RODA; ALTURA DO TAMPO DEVE SER ADEQUADA PARA USUÁRIOS DE 1,55 À 1,90 DE ALTURA PELO MENOS. DEVE ATENDER ÀS NORMAS DE SEGURANÇA VIGENTES, POSSUIR REPOSIÇÃO DE PEÇAS E TER GARANTIA DE FÁBRICA.</p> <p>CADEIRAS: ESTRUTURA: PÉS EM TUBO DE AÇO CARBONO ARREDONDADO, LISO, ANTIFERRUGEM, PINTURA ELETROSTÁTICA, ALTURA DEVE SER ADEQUADA PARA USUÁRIOS DE 1,55 À 1,90 DE ALTURA PELO MENOS. ASSENTO E ENCOSTO DEVEM SER EM POLIPROPILENO RESISTENTE A ALTO IMPACTO, POSSUIR SUPERFÍCIES DE CONTATO ERGONÔMICAS, TEXTURIZADAS, COM CANTOS ARREDONDADOS E SEM REBARBAS. OFERECER OPÇÕES DE CORES: VERDE, VERMELHO, AZUL E AMARELO. DEVE ATENDER ÀS NORMAS DE SEGURANÇA VIGENTES, POSSUIR REPOSIÇÃO DE PEÇAS E TER GARANTIA DE FÁBRICA.</p>		
22	<p>QUADRO BRANCO 2,50 X 1,20M – EM LAMINADO, LOUSA BRANCA, MOLDURA EM ALUMÍNIO, FUNDO EM MDF 9MM, COM PORTA APAGADOR E CANETAS DE ALUMÍNIO, SUPORTE PARA FIXAÇÃO EM CHAPA 20X40MM COM PARAFUSOS 5,5 X 50 COM BUCHAS PLÁSTICAS Nº 8. MEDIDAS APROXIMADAS 2,50 X 1,20M.</p>	UN	15



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 7.393/2023.

1.3. A presente contratação pública enquadra-se na classificação de material comum, uma vez que os padrões de desempenho e qualidade desses serviços podem ser objetivamente definidos, em edital, por meio de especificações usuais/habituais de mercado, nas quais os fornecedores destes materiais estão acostumados a tratar, conforme definição constante do art. 6º, inciso XIII da Lei 14.133/2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 90 (noventa) dias, contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

2.1. A presente aquisição de Mobiliário tem o intuito de suprir a crescente demanda nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino, considerando o aumento de matrículas, bem como, em virtude de reposição de bens que já se encontram com utilização bem antiga e desgastada, considerando que o uso contínuo dos mobiliários enseja o desgaste e a sua danificação. Assim, no intuito de proporcionar condições adequadas para melhor desenvolver as atividades pedagógicas favorecendo resultados mais efetivos, objetivando proporcionar conforto aos alunos e professores, melhor eficiência no ensino-aprendizagem dos alunos e qualidade de trabalho para os profissionais da Educação. Cabe ressaltar ainda, que ao final do ano letivo é realizado um levantamento com os Diretores sobre as necessidades de cada unidade escolar, no que se refere a reposição ou a falta de mobiliários, considerando, também a ampliação de turmas. Para tanto, se faz necessário realizar constantes investimentos na estrutura e bem-estar dos ambientes educacionais, a fim de proporcionar condições ideais para o desenvolvimento de atividades, comodidades e acolhimento aos educandos e educadores. Diante do exposto, a importância e necessidade desta secretaria em adquirir os itens nos quantitativos solicitados visam atender, desta forma, a necessidade para o ano de 2024.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO:

3.1. A descrição da solução abrange a aquisição mobiliários escolares para suprirem as necessidades das escolas municipais da rede municipal de ensino de Campo Bom-RS, no início do ano letivo de 2024, cujo o quantitativo necessário para atendimento da



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

necessidade está descrito no item 1 deste Termo de Referência sendo suficientes para atender a demanda da Secretaria de Educação e Cultura pelo neste início de ano letivo e de acordo com o levantamento realizado junto aos diretores das unidades escolares.

3.2. A aquisição destes mobiliários nestes moldes, se mostra vantajosa por promover maior economia com a compra em grande escala e de forma centralizada adquirindo-se a quantidade necessária para atendimento a demanda levantada no item 1 deste instrumento.

29

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO E EXECUÇÃO DO OBJETO:

4.1. Os bens têm natureza de bens comuns, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.2. Os mobiliários escolares serão fornecidos por empresa especializada no ramo, devidamente regulamentada, em conformidade com a legislação vigente e padrões estabelecidos neste Termo de Referência.

4.3. O presente caso o objeto se enquadra como comum, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.4. Os mobiliários devem ser fornecidos à secretaria de educação e Cultura, conforme estabelecido neste instrumento. A aquisição destina-se atender as demandas e necessidades das unidades escolares da rede municipal de ensino e garantir a qualidade e o bem-estar das crianças e adolescentes atendidas nas escolas da rede Municipal, e entende-se que serão utilizados em sala de aula e demais ambientes escolares contribuindo para a melhoria da qualidade de ensino. Além disso, este processo objetiva atender os seguintes requisitos:

- a) Maior qualidade;
- b) Menor custo.

4.5. Os materiais objeto da aquisição devem ser entregues no prazo de **30 (trinta) dias corridos** após a notificação do empenho ao fornecedor no(s) endereço(s) indicado pela Secretaria de Educação.

4.6. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de **até 10 (dez) dias corridos**, contados da entrega (incluídos neste período, o prazo para montagem, quando for o caso), pelo (a) servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste processo e na proposta.



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

4.7. A fornecedora deve **prever a montagem** dos bens (caso entregue desmontado) sem ônus para a Prefeitura Municipal de Campo Bom.

4.8. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste instrumento e na proposta devendo ser substituído no prazo máximo de 10 (dez) dias a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo de aplicação de penalidades;

4.9. Os bens serão recebidos definitivamente, pelo fiscal do contrato, no **prazo de 20 (vinte) dias corridos**, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado

4.10. Os itens devem **obedecer às exigências e especificações** constantes neste documento. Juntamente com a proposta **deve ser apresentado a especificação detalhada do item ofertado**, indicando fabricante, marca, modelo e preços atualizados de acordo com o último lance ofertado durante o pregão;

4.11. Enviar **catálogo ilustrativo** indicando o(s) item(ns) ofertado na proposta.

4.12. O fabricante (contratado) deverá oferecer garantia de, no mínimo 03 meses a partir da data de entrega e aceite por parte da contratante, contra defeitos de fabricação, aparentes ou de difícil constatação;

4.13. Responsabilizar-se pelo (s) produto (s) que irá fornecer, de acordo com as especificações constantes neste Termo, bem como da respectiva proposta, obedecendo ao Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990) e à Legislação Ambiental;

4.14. O fornecedor não poderá transferir em todo ou em parte as obrigações assumidas neste termo de referência sem a devida autorização da Prefeitura Municipal de Campo Bom;

4.15. Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada, as despesas e custos com transporte e pessoal de apoio para o transporte e entrega dos produtos durante o período de execução do contrato;

4.16. Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada quaisquer danos que venham a ocorrer à Prefeitura Municipal de Campo Bom ou a terceiros, decorrentes da execução incorreta da entrega dos mobiliários contratados;

4.17. Comunicar aos Fiscais do Contrato, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

4.18. Para a aquisição aqui pretendida, os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar todos os documentos a título habilitação, nos termos do art. 62, da Lei nº 14.133/2021;

4.19. O transporte e a entrega dos mobiliários, são de responsabilidade do fornecedor, inclusive a descarga, e deverão ser entregues conforme quantitativos e endereços do destinatário a ser fornecidos à Contratada, pela Contratante;

4.20. Fica assegurado a Secretaria de Educação e Cultura o direito de rejeitar os materiais entregues em desacordo com as especificações e condições do Termo de Referência, ficando o fornecedor obrigado a substituir e/ou reparar os itens irregulares, no prazo de até 10 (dez) dias;

4.21. Caso a substituição dos mobiliários não ocorra no prazo determinado, estará o fornecedor incorrendo em atraso na entrega e sujeito a aplicação das sanções legais;

4.22. Deve ser assegurada no transporte e no armazenamento, a devida proteção das peças por meio de embalagens adequadas;

4.23. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos (5) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior;

4.24. Os bens deverão ser entregues conforme segue abaixo:

Local	Mobiliário	Unidade	Quantidade
Emei Sempre Unidos Rua Guajuvira, 85 – Lot. Sempre Unidos Fone – 51 3598 6290	Conjunto mesa e banco para refeitório (composto de 01 mesa e 02 bancos com encosto): bancos para refeitório: retangular, com encosto medindo 200x30mm, confeccionada com tubo30x30 (parede1,20), com 06 pés e requadro em tubo 20x30mm na parte inferior do assento, soldagem eletrônica mig c/ tratamento anticorrosivo e pintura epóxi cor preta, assento em mdf de 18mm, tamanho 2,00x0,30cm, revestido c/ laminado fórmica na cor casca de ovo, c/ bordas em pvc, fixado c/ parafuso auto-atarrachante e ponteira nos pés. Altura aproximada de 32cm. Mesa para refeitório: retangular, medindo 200mmx80mm,	UN	05



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

	confeccionada com tubo 30x30m (parede 1,20) nos 04 pés e requadro em tubo 20x30mm na parte inferior do tampo, soldagem eletrônica mig c/ tratamento anticorrosivo e pintura epóxi cor preta, tampo em mdf de 18mm com engrossamento revestido c/ laminado fórmica na cor ovo, c/ bordas em pvc. Altura 570mm		
	Estante com 8 divisórias internas medindo em torno de 160x120x040 material MDF com acabamento de alta qualidade. Cor externa branca e interna colorida em tons claro – azul, rosa, amarelo e laranja	UN	12
	Armário estante contendo na parte inferior 2 portas e na parte superior 3 prateleiras medindo em torno de 160x090x042 material MDF com acabamento de alta qualidade.	UN	04
CEMADE POLO - Avenida Emílio Vetter, 520, Bairro Genuíno Sampaio	Conjunto aluno composto de carteira e cadeira: - carteira: estrutura em tubo de aço 29x58mm em chapa 16(1,5mm). Pés em tubo de aço 38mm (1 ½ ") em chapa 16(1,5mm). Fixação do tampo em tubo 20x20 (parede 1,50mm). Ponteiras e sapatas em polipropileno na cor azul, fixadas por rebites de repuxo diâmetro de 4,80mm, comprimento 12mm. Tratamento especial anticorrosivo e desengraxante. Pintura em epóxi-pó, cor cinza. Porta livros (503x304mm) em polipropileno na cor cinza, fixado à estrutura longitudinal através de rebites de repuxo. Tampo retangular em abs (600x450mm) texturizado na cor cinza 4mm de espessura, superfície plana sem porta copo e sem porta canetas, bordas laterais em alto brilho (abas que envolvem a estrutura nas dimensões de 45mm de altura no lado posterior do tampo com redução para 21mm na parte do contato com o usuário) com frizo para maior resistência,	UN	300



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

	<p>nervuras transversais e longitudinais para reforço à tração na parte inferior do tampo. Altura da mesa: 760mm. Apresentar na proposta de preços certificado de conformidade do inmetro para o modelo especificado de acordo com a norma nbr 14006/2008 e portaria 105/2012 do inmetro com o número do selo acompanhado do relatório de ensaio com imagem do produto especificado emitido por laboratório acreditado pelo inmetro e acompanhado do relatório de laudo de conformidade com a norma nbr 14006/2008 emitido pela abnt/ocp. ¤¤ cadeira: estrutura em tubo de aço 20,7mm, em chapa 14(1,90mm). Ponteiros, sapatas e espaçadores do assento, em polipropileno copolímero virgem, injetados na cor azul, fixadas por encaixe e pino expansor. Proteção da superfície com tratamento especial anticorrosivo e desengraxante. Pintura em epóxi-pó, híbrida cor cinza. Assento (400x400mm) e encosto (396x198mm) em polipropileno injetados, anatômicos, cor azul. Altura do assento ao chão 460mm.</p>		
<p>CEMADE POLO - Avenida Emílio Vetter, 520, Bairro Genuíno Sampaio</p>	<p>Conjunto mesa e banco para refeitório (composto de 01 mesa e 02 bancos com encosto): bancos para refeitório: retangular, com encosto medindo 200x30mm, confeccionada com tubo30x30 (parede1,20), com 06 pés e requadro em tubo 20x30mm na parte inferior do assento, soldagem eletrônica mig c/ tratamento anticorrosivo e pintura epóxi cor preta, assento em mdf de 18mm, tamanho 2,00x0,30cm, revestido c/ laminado fórmica na cor casca de ovo, c/ bordas em pvc, fixado c/ parafuso auto-atarrachante e ponteira nos pés. Altura aproximada de 32cm. Mesa para refeitório: retangular, medindo 200mmx80mm,</p>	<p>UN</p>	<p>03</p>



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

	confeccionada com tubo 30x30m (parede 1,20) nos 04 pés e requadro em tubo 20x30mm na parte inferior do tampo, soldagem eletrônica mig c/ tratamento anticorrosivo e pintura epóxi cor preta, tampo em mdf de 18mm com engrossamento revestido c/ laminado fórmica na cor ovo, c/ bordas em pvc. Altura 570mm.		
CEMADE POLO - Avenida Emílio Vetter, 520, Bairro Genuíno Sampaio	QUADRO BRANCO 2,50 X 1,20M - em laminado, lousa branca, moldura em alumínio, fundo em MDF 9mm, com porta apagador e canetas de alumínio, suporte para fixação em chapa 20x40mm com parafusos 5,5 x 50 com buchas plásticas nº 8. Medidas aproximadas 2,50 x 1,20m.	UN	08
EMEF Princesa Isabel R. Mathias Muller, 147 Barrinha,	MESA REFEITÓRIO EMPILHÁVEL tamanho juvenil, composto por uma mesa e dois bancos. MESA: estrutura em tubo de aço retangular 20x40 (parede 1,50mm), tipo monobloco (estrutura única) com cortes sob forma de ângulo permitem o encaixe da mesa tornando-a empilhável. Tampo (2000x650mm) em MDF de 18mm de espessura revestido em laminado melamínico acabado nas bordas com PVC. Altura 580mm. BANCOS: estrutura em tubo de aço retangular 20x40 (parede 1,50mm), tipo monobloco (estrutura única) com cortes sob forma de ângulo permitem o encaixe da mesa tornando-a empilhável. Assento (1900x350mm) em MDF de 18mm de espessura revestido em laminado melamínico acabado nas bordas com PVC tipo (T). Altura 340mm. Apresentar o Certificado de Conformidade do Sistema de Gestão de Qualidade, emitido pela Assoc. Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) cuja Certificadora esteja enquadrada no escopo para certificar o SGQ. O certificado deverá	UN	02



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

	conter o Selo do Inmetro.		
EMEF Marcos Silvano Rua Hugo Bender, 45 Bairro: Alto Paulista	MESA REFEITÓRIO EMPILHÁVEL tamanho juvenil, composto por uma mesa e dois bancos. MESA: estrutura em tubo de aço retangular 20x40 (parede 1,50mm), tipo monobloco (estrutura única) com cortes sob forma de ângulo permitem o encaixe da mesa tornando-a empilhável. Tampo (2000x650mm) em MDF de 18mm de espessura revestido em laminado melamínico acabado nas bordas com PVC. Altura 580mm. BANCOS: estrutura em tubo de aço retangular 20x40 (parede 1,50mm), tipo monobloco (estrutura única) com cortes sob forma de ângulo permitem o encaixe da mesa tornando-a empilhável. Assento (1900x350mm) em MDF de 18mm de espessura revestido em laminado melamínico acabado nas bordas com PVC tipo (T). Altura 340mm. Apresentar o Certificado de Conformidade do Sistema de Gestão de Qualidade, emitido pela Assoc. Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) cuja Certificadora esteja enquadrada no escopo para certificar o SGQ. O certificado deverá conter o Selo do Inmetro.	UN	02
EMEF Edmundo Strassburger Rua Três Coroas, 475 Bairro: Aurora	Armário estande contendo na parte inferior 2 portas e na parte superior 3 prateleiras medindo em torno de 160x090x042 material MDF com acabamento de alta qualidade.	UN	05
	Armário 2 portas com chave, 3 prateleiras internas, cor ovo, tamanho aproximado 160 x 90 x 42 (AxLxP), em melamínico MDP	U	07
	Mesa de trabalho, com gaveteiro com 3 gavetas e chave, na - cor ovo, tamanho aproximado de 75x160x60 (axlpx), em melamínico mdp.	UN	08
	QUADRO BRANCO 2,50 X 1,20M - em laminado, lousa branca, moldura em alumínio, fundo em MDF 9mm, com porta	UN	07



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

	<p>apagador e canetas de alumínio, suporte para fixação em chapa 20x40mm com parafusos 5,5 x 50 com buchas plásticas nº 8. Medidas aproximadas 2,50 x 1,20m.</p>		
	<p>MESA REFEITÓRIO EMPILHÁVEL tamanho juvenil, composto por uma mesa e dois bancos. MESA: estrutura em tubo de aço retangular 20x40 (parede 1,50mm), tipo monobloco (estrutura única) com cortes sob forma de ângulo permitem o encaixe da mesa tornando-a empilhável. Tampo (2000x650mm) em MDF de 18mm de espessura revestido em laminado melamínico acabado nas bordas com PVC. Altura 580mm. BANCOS: estrutura em tubo de aço retangular 20x40 (parede 1,50mm), tipo monobloco(estrutura única) com cortes sob forma de ângulo permitem o encaixe da mesa tornando-a empilhável. Assento (1900x350mm) em MDF de 18mm de espessura revestido em laminado melamínico acabado nas bordas com PVC tipo (T). Altura 340mm. Apresentar o Certificado de Conformidade do Sistema de Gestão de Qualidade, emitido pela Assoc. Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) cuja Certificadora esteja enquadrada no escopo para certificar o SGQ. O certificado deverá conter o Selo do Inmetro.</p>	UN	02
<p>EMEF Santos Dumont Rua 17 de abril, 543 - Bairro: Imigrante</p>	<p>Mesa acessível com 4 níveis de ajuste e inclinação - mesa PCR, tampo revestido com laminado melamínico. Porta livros tipo cesto em arame 3/16, tamanho 360mm de comprimento x 90mm de largura x 265mm de altura, soldado na estrutura com espaçamento máximo 60mm x 60mm, na lateral. Ajuste de altura em 4 níveis. Mesa: Tampo 900x650MM (CXL). Altura final, como se trata de um móvel ajustável sua altura menor é de 640mm e a maior de 810mm.</p>	UN	01



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

	Cor ovo.		
EMEF Santos Dumont Rua 17 de abril, 543 - Bairro: Imigrante	Cadeira com braços, estofada em courvin preto, fixa, quatro pés reforçados fixos em estrutura de aço.	UN	01
EMEF Borges de Medeiros Av. São Leopoldo, 1565 - Bairro: Celeste	Mesa acessível com 4 níveis de ajuste e inclinação - mesa PCR, tampo revestido com laminado melamínico. Porta livros tipo cesto em arame 3/16, tamanho 360mm de comprimento x 90mm de largura x 265mm de altura, soldado na estrutura com espaçamento máximo 60mm x 60mm, na lateral. Ajuste de altura em 4 níveis. Mesa: Tampo 900x650MM (CXL). Altura final, como se trata de um móvel ajustável sua altura menor é de 640mm e a maior de 810mm. Cor ovo.	UN	01
EMEF Marquês do Herval Rua Santos Dumont, 523 - Bairro: Vila dos Gringos	Mesa acessível com 4 níveis de ajuste e inclinação - mesa PCR, tampo revestido com laminado melamínico. Porta livros tipo cesto em arame 3/16, tamanho 360mm de comprimento x 90mm de largura x 265mm de altura, soldado na estrutura com espaçamento máximo 60mm x 60mm, na lateral. Ajuste de altura em 4 níveis. Mesa: Tampo 900x650MM (CXL). Altura final, como se trata de um móvel ajustável sua altura menor é de 640mm e a maior de 810mm. Cor ovo.	UN	01
EMEF CEI Rua 20 de Setembro, 415	Mesa acessível com 4 níveis de ajuste e inclinação - mesa PCR, tampo revestido com laminado melamínico. Porta livros tipo cesto em arame 3/16, tamanho 360mm de comprimento x 90mm de largura x 265mm de altura, soldado na estrutura com espaçamento máximo 60mm x 60mm, na lateral. Ajuste de altura em 4 níveis. Mesa: Tampo 900x650MM (CXL). Altura final, como se trata de um móvel ajustável sua altura menor é de 640mm e a maior de 810mm. Cor ovo.	UN	01

37



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

<p>EMEF CEI Rua 20 de Setembro, 415</p>	<p>MESA REFEITÓRIO EMPILHÁVEL tamanho juvenil, composto por uma mesa e dois bancos. MESA: estrutura em tubo de aço retangular 20x40 (parede 1,50mm), tipo monobloco (estrutura única) com cortes sob forma de ângulo permitem o encaixe da mesa tornando-a empilhável. Tampo (2000x650mm) em MDF de 18mm de espessura revestido em laminado melamínico acabado nas bordas com PVC. Altura 580mm. BANCOS: estrutura em tubo de aço retangular 20x40 (parede 1,50mm), tipo monobloco(estrutura única) com cortes sob forma de ângulo permitem o encaixe da mesa tornando-a empilhável. Assento (1900x350mm) em MDF de 18mm de espessura revestido em laminado melamínico acabado nas bordas com PVC tipo (T). Altura 340mm. Apresentar o Certificado de Conformidade do Sistema de Gestão de Qualidade, emitido pela Assoc. Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) cuja Certificadora esteja enquadrada no escopo para certificar o SGQ. O certificado deverá conter o Selo do Inmetro.</p>	<p>UN</p>	<p>02</p>
<p>Escola Arte-Educação Avenida dos Estados, 1080, Centro</p>	<p>Armário 2 portas com chave, 3 prateleiras internas, cor ovo, tamanho aproximado 160 x 90 x 42 (AxLxP), em melamínico MDP</p>	<p>UN</p>	<p>02</p>
	<p>Bancos grandes de fórmica - 3m comprimento x 45cm de altura - cor bege.</p>	<p>UN</p>	<p>02</p>
	<p>ARMÁRIO DUAS PORTAS BAIXO - em MDF 18mm, na cor ovo, medindo em torno de 75x90x40 cm, 2 portas com chave, com prateleiras internas.</p>	<p>UN</p>	<p>02</p>
	<p>ARQUIVO DE AÇO DE 4 GAVETAS - arquivo de aço ofício 4 gavetas, fechadura com 2 chaves, cor Cinza Padrão. Fabricado em chapa de aço de espessura mínima nº 22 (0,75mm), tratada com antiferruginoso e</p>	<p>UN</p>	<p>02</p>



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

	<p>pintura epóxi-pó por processo eletrostático. Possuir 4 gavetas com deslizamento por carrinho telescópico e capacidade de peso mínimo 35Kg por gaveta. Possuir puxador tipo alça e porta etiquetas. Dimensões aproximadas: 133x47x68 (AxLxP).</p>		
	<p>Armário estande contendo na parte inferior 2 portas e na parte superior 3 prateleiras medindo em torno de 160x090x042 material MDF com acabamento de alta qualidade.</p>	UN	01
<p>SMEC Av. Independência, 800 - 4º Andar, Centro - Campo Bom</p>	<p>Estante monta carga Estante monta carga – encaixável com estrutura confeccionada em chapa de aço de baixo teor de carbono composta de 04 colunas com espessura de 1,50mm dobradas em L com recortes e perfurações em suas abas que permitem encaixe das travessas em passos de 50mm. Estante composta de 06 níveis com largura de 1000mm e profundidade 450 mm. Cada nível é composto de 01 prateleira em madeira OSB com espessura de 10mm sobreposta a estrutura composta por 4 travessas sendo que a frontal e a traseira são de espessura de 1,50mm e as laterais possuem espessura de 1,20 mm dobradas em U com sistemas de dobras e recorte de forma que sua geometria possibilite o encaixe entre travessa e coluna de forma que a própria carga da estante faça o travamento, não necessitando de parafusos nem de travamentos diagonais para a sustentação da estante. Peças metálicas possuem tratamento químico superficial fosfatizante, antiferruginoso e pintura epóxi pó com camada mínima de 70 micras. Dimensões: Largura: 100cm x Altura 195 cm x Profundidade 45cm</p>	UN	08
<p>SMEC Av. Independência, 800 - 4º Andar, Centro - Campo Bom</p>	<p>Armário 2 portas com chave, 3 prateleiras internas, cor ovo, tamanho aproximado 160 x 90 x 42 (AxLxP), em melamínico MDP</p>	UN	10



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

SMEC Av. Independência, 800 - 4º Andar, Centro - Campo Bom	Armário 2 portas em MDF - espessura 18mm (fundo de no mínimo 15mm), titalmente em melamínico BP na cor ovo, com chave, altura de 180 a 210mm, largura de 85 a 110mm, profundidade de 40mm, puxadores metálicos ou em ABS na cor ovo, com 04 prateleiras capacidade min 40 Kg, sapatas protetoras, deve ser entregue totalmente montado.	UN	02
SMEC Av. Independência, 800 - 4º Andar, Centro - Campo Bom	Mesa de reunião redonda, 1.20 de diâmetro, altura padrão 0.75cm, estrutura dos pés em aço reforçado 1.2mm com pintura epóxi com tratamento anti ferrugem na cor preta, pés com ponteiros plásticos 30x30. Tampo em MDF, revestido com laminado melamínico na cor ovo	UN	01
SMEC Av. Independência, 800 - 4º Andar, Centro - Campo Bom	Mesa de trabalho, com gaveteiro com 3 gavetas e chave, na - cor ovo, tamanho aproximado de 75x160x60 (axlpx), em melamínico mdp.	UN	02
SMEC Av. Independência, 800 - 4º Andar, Centro - Campo Bom	ARQUIVO DE AÇO DE 4 GAVETAS - arquivo de aço ofício 4 gavetas, fechadura com 2 chaves, cor Cinza Padrão. Fabricado em chapa de aço de espessura mínima nº 22 (0,75mm), tratada com antiferruginoso e pintura epóxi-pó por processo eletrostático. Possuir 4 gavetas com deslizamento por carrinho telescópico e capacidade de peso mínimo 35Kg por gaveta. Possuir puxador tipo alça e porta etiquetas. Dimensões aproximadas: 133x47x68 (AxLxP).	UN	01
SMEC[Av. Independência, 800 - 4º Andar, Centro - Campo Bom	Mesa Hexagonal - 1 conjunto contém 6 mesas individuais e 6 cadeiras - 1 unidade/conjunto MESA: Deve formar um conjunto de 6 mesas permitindo diferentes formações: individual, duplas, grupos; tampo deve ser em MDF resistente à umidade, com acabamento melamínico na parte inferior e superior em cor sólida de tonalidade clara, estrutura da mesa com buchas e parafusos	UN	01



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

	<p>metálicos em aço carbono zincado; as bordas devem possuir cantos arredondados para proteção e resistência, e atender às normas de segurança; pés em tubo de aço carbono arredondado, liso, antiferrugem, pintura eletrostática, possuir ponteira com roda, facilitando a movimentação e possuir sistema de travamento da roda; altura do tampo deve ser adequada para usuários de 1,55 à 1,90 de altura pelo menos. Deve atender às normas de segurança vigentes, possuir reposição de peças e ter garantia de fábrica. CADEIRAS: Estrutura: pés em tubo de aço carbono arredondado, liso, antiferrugem, pintura eletrostática, altura deve ser adequada para usuários de 1,55 à 1,90 de altura pelo menos. Assento e Encosto devem ser em Polipropileno resistente a alto impacto, possuir superfícies de contato ergonômicas, texturizadas, com cantos arredondados e sem rebarbas. Oferecer opções de cores: verde, vermelho, azul e amarelo. Deve atender às normas de segurança vigentes, possuir reposição de peças e ter garantia de fábrica.</p>		
<p>SMEC Av. Independência, 800 - 4º Andar, Centro - Campo Bom</p>	<p>Bancada para trabalho com 4 banquetas - A bancada deve medir aproximadamente 110x920x800mm (LXAXP). O material deve ser em MDF resistente à umidade; tampo com espessura de pelo menos 35mm em cor de tonalidade clara amadeirada, estrutura com buchas e parafusos metálicos em aço carbono zincado, antiferrugem, acabamento dos cantos deve ser arredondado e sem partes cortantes; pés e estrutura em tubo de aço carbono arredondado, liso, antiferrugem, em pintura eletrostática na cor preta com pelo menos 2 rodinhas para melhor mobilidade e tomada ao centro da</p>	<p>UN</p>	<p>04</p>



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

	bancada. Cada bancada deve vir acompanhada de quatro banquetas com altura de pelo menos 55cm, com assento estofado na cor preta, estrutura em aço carbono arredondada, lisa, antiferrugem, pintura eletrostática na cor preta com apoio para os pés nas laterais. Deve atender às normas de segurança vigentes, possuir reposição de peças e ter garantia de fábrica		
SMEC Av. Independência, 800 - 4º Andar, Centro - Campo Bom	Estante de aço, cor cinza, 6 prateleiras, medindo aproximadamente 198x90x40 (AxLxP), chapa 26, reforço em X nas laterais e no fundo, suportar 50 Kg por prateleira.	UN	10
SMEC Av. Independência, 800 - 4º Andar, Centro - Campo Bom	Banqueta preta com encosto e com assento estofado preto, medidas: Larg. 36cm, Prof. 37cm, Alt. 82cm.	UN	03
SMEC Av. Independência, 800 - 4º Andar, Centro - Campo Bom	Armário de aço de 02 portas - altura de 185 a 210 cm, largura de 80 a 110 cm, profundidade de 37 a 47 cm; com mata junta; fechadura conjugável com chave; 04 prateleiras capazes de suportar 40kg; todo em chapa de no mínimo #26 (0,45mm); pintura eletrostática com tinta à pó na cor cinza ou branca, sapatas plásticas protetoras; garantia total de 01 ano; deve ser entregue totalmente montado.	UN	02
SMEC Av. Independência, 800 - 4º Andar, Centro - Campo Bom	Cadeira estofada giratória com braços - courvin preto, rodízios, estrutura metálica reforçada, regulagem de altura, pistão a gás, suportar 120Kg (min)	UN	23

42

- Os mobiliários da SMEC devem passar pelo processo de agendamento das entregas pelo telefone 51 99237.9474.

5. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO:

5.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

5.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

5.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

5.4. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput), designados por Portaria.

5.5. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

5.6. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato/ata de registro de preços todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º);

5.7. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato/ata de registro de preços emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

5.8. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

5.9. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

5.10. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

5.11. O fiscal do contrato, coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

5.12. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

5.13. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

5.14. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

5.15. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

5.16. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

5.17. O fiscal do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO:

6.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, junto com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

6.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias,



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

6.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

6.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

6.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

6.7. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 30 dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

6.8. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) O prazo de validade;
- b) A data da emissão;
- c) Os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) O período respectivo de execução do contrato;
- e) O valor a pagar; e
- f) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.9. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

6.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.11. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

6.12. O pagamento será realizado mediante verificação da regularidade fiscal da contratada, caso esteja irregular, havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação fiscal.

6.13. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme item anterior.

6.14. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de 0,2% ao mês de juros de mora e correção monetária com base INPC.

6.15. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

6.16. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.17. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.18. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.19. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

7.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO ITEM.

7.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

7.3. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

7.4. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

7.5. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.6. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

7.7. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.8. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

7.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

7.10. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

7.11. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

7.12. Prova de regularidade Estadual.



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

7.13. Prova de regularidade Federal.

7.14. Prova de regularidade perante o Município sede da licitante.

7.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

7.16. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

7.17. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples;

7.18. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II).

7.19. Atestado de Capacidade Técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando o fornecimento de objeto compatível com o licitado e atestando o bom desempenho do fornecimento.

7.20. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

7.21. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

8.1. O valor estimado em média da contratação é de R\$ 403.788,65 (quatrocentos e três mil, setecentos e oitenta e oito reais e sessenta e cinco centavos).

9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

9.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município.

9.2. A contratação será atendida pelas seguintes dotações:



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

06.06.2.109.4.4.90.52.42.01.00.00 (1402/2024)

06.06.2.126.4.4.90.52.42.01.00.00 (1486/2024)

06.06.2.141.4.4.90.52.42.01.00.00 (1500/2024)

49

10. FISCAL DO CONTRATO:

10.1. A secretaria de Educação e Cultura designa como fiscal deste contrato a Coordenadora Geral da Secretaria de Educação e Cultura, Grasieli Klein Krindges Lautenschleger.

Simone Daise Schneider

Secretária de Educação e Cultura.



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

ANEXO II

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 053/2024
MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO N.º ____/2024

CONTRATO DE FORNECIMENTO QUE FIRMAM O MUNICÍPIO DE CAMPO BOM E _____ autoriza do através do Processo nº 234/2024.

50

NOME E QUALIFICAÇÃO DAS PARTES

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO BOM, entidade de Direito Público interno, inscrito no CNPJ sob o n.º 90.832.619/0001-55, sediado na Avenida Independência, nº 800, Campo Bom, RS, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Luciano Libório Baptista Orsi, doravante designado simplesmente **MUNICÍPIO**;

CONTRATADA: _____, pessoa jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº _____, com sede na Rua / Av. _____, nº __, Bairro _____, _____, _____, neste ato representada por seu representante legal, Sr. _____, doravante designada simplesmente **CONTRATADA**.

Pelo presente, as partes acima qualificadas, doravante somente designadas CONTRATANTE e CONTRATADA, resolvem celebrar o presente contrato, tendo em vista o que consta no Processo nº 234/2024 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 053/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente contrato a contratação de empresa especializada para a aquisição de mobiliário escolar para a Rede Municipal de Ensino de Campo Bom, nas condições estabelecidas no Anexo I - Termo de Referência.

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

- 1.2.1. O Termo de Referência;
- 1.2.2. Edital da Licitação;
- 1.2.3. A Proposta do contratado;
- 1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

2.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

2.2. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

2.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

2.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

2.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.

2.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato.

2.7. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

2.8. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

2.9. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.

2.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021).

2.11. Caso seja solicitado, deverá comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021).

2.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

2.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

2.14. Indenizar eventuais danos causados à imagem do MUNICÍPIO e/ou a terceiros, provocados por culpa ou dolo da CONTRATADA na execução do objeto contratado, praticados durante a execução do mesmo.

2.15. Responsabilizar-se pela segurança e o transporte dos itens, observando que qualquer acidente ou incidente durante a carga, transporte e/ou descarga destes, serão de responsabilidade total da contratada.

2.16. Observar que o(s) item(ns) deverá(ão) atender aos padrões exigidos pelo mercado e estar de acordo com a descrição técnica do termo de referência, sendo inteiramente novo, jamais utilizado para qualquer fim, incluindo testes, e em perfeito estado de conservação.

2.17. Além das obrigações gerais acima descritas, a CONTRATADA deverá observar as responsabilidades previstas no Anexo I – Termo de Referência.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

3.1. Efetuar os pagamentos devidos pela execução do objeto do Contrato, de acordo com o disposto na Cláusula Nona do presente Instrumento.



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

- 3.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos.
- 3.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.
- 3.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.
- 3.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado.
- 3.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato.
- 3.8. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA QUARTA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 4.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 4.2. Os dados obtidos pelas partes somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 4.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 4.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

4.5. Terminado o eventual tratamento dos dados a que o contratado teve acesso em vista deste contrato, nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

4.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

4.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

4.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

4.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

4.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

4.11. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

4.12. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

CLÁUSULA QUINTA – DOS PRAZOS

5.1. O prazo de vigência do presente contrato será de 03 (três) meses, contados da data de assinatura do presente instrumento, nos casos de assinatura eletrônica será considerado a data da última assinatura, podendo ser prorrogado, observadas as



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

limitações legais, a critério exclusivo do CONTRATANTE, mediante elaboração de regular aditivo contratual.

5.2. A entrega deverá ser efetuada em até 30 (trinta) dias a partir do recebimento da nota de empenho.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO/RUBRICA

6.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta das seguintes Dotações Orçamentárias/Rubricas:

06.06.2.109.4.4.90.52.42.01.00.00 (1402/2024)

06.06.2.126.4.4.90.52.42.01.00.00 (1486/2024)

06.06.2.141.4.4.90.52.42.01.00.00 (1500/2024)

6.2. As despesas decorrentes deste procedimento, a se vencerem no exercício de 2025, constarão da pertinente Lei de Orçamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA OITAVA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

8.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA NONA – SUBCONTRATAÇÃO

9.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PREÇO

10.1. O preço total a ser pago pela CONTRATANTE, referente à execução do objeto especificado na Cláusula I deste Instrumento, é de R\$ _____ (_____).

10.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

10.3. O preço proposto pelos serviços somente será passível de reajuste decorrido um ano da contratação, tomando-se então como base os índices estabelecidos pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, fornecido pelo Instituto Nacional de Geografia e Estatística – IBGE.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PAGAMENTO

11.1. O pagamento da contraprestação devida dar-se-á em até 30 (trinta) dias após a efetiva entrega, na Tesouraria do Centro Administrativo Municipal, pela CONTRATADA, até o último dia útil do mês da competência, dos seguintes documentos:

11.1.1 A pertinente nota fiscal, visada pelo Serviço de Fiscalização do Município;

11.2. Tendo sido impostas penalidades à CONTRATADA, em decisão administrativa transitada em julgado, o valor será descontado do pagamento devido.

11.2.1. Em caso de pagamentos mensais, o limite máximo mensal de desconto será de 10% (dez por cento) do valor da nota fiscal, a cada mês, até que se liquide integralmente.

11.3. Em caso de devolução da nota fiscal por alguma irregularidade, o prazo para pagamento recomeçará o respectivo curso a contar da data da reapresentação da nota fiscal, escoimada de vícios, sem qualquer acréscimo a título de juros e/ou correção monetária.

11.4. Pelos débitos pagos em atraso, a Administração responderá perante a CONTRATADA pelo que deu causa, sendo que o critério de atualização monetária terá por base o INPC, e, a título de penalidade, juros de mora, à razão de 0,2%, ao mês.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

12.2.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

12.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

12.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.3. Multa:

- a) moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;
- b) moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 20% (vinte por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
- c) O atraso superior a 30(trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

12.4. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.6. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

12.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.8. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.9. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.10. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.11. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.12. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

12.13. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.14. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.15. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.3. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.4. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.5. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.6. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

13.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.6.3. Indenizações e multas.



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

13.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO

14.1. O Município designará o Fiscal de contrato Sr. (a) -----, devidamente habilitado a tanto, para exercer ampla, cotidiana e rotineira fiscalização dos serviços.

14.2. A Fiscalização ora referida não eximirá a CONTRATADA de qualquer responsabilidade, seja relativamente aos bens e equipamentos do Município sob sua guarda, seja relativamente a danos sofridos por empregados e/ou prepostos seus, integrantes da Administração Municipal e/ou terceiros.

14.3. A CONTRATADA deverá planejar a correta execução do contrato juntamente com a Fiscalização do MUNICÍPIO, devendo acatar todas e quaisquer determinações da mesma.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO (ART. 92, §1º)

17.1. Fica eleito o Foro da Campo Bom/RS para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. Todas as comunicações, relativas ao presente Contrato serão consideradas como regularmente feitas se entregues ou enviadas por carta protocolada ou fax, na sede dos Contratantes ou no e-mail informado no procedimento licitatório.

18.2. A CONTRATADA informa o e-mail para que o MUNICÍPIO realize intimações, notificações e comunicações sobre a execução contratual, devendo a CONTRATADA manter o mesmo devidamente atualizado.

E, assim, por estarem de acordo com os termos do presente instrumento, após lido e achado conforme, ambas as partes o assinam na presença das testemunhas abaixo, extraíndo-se as cópias necessárias à sua execução, nos termos previstos na legislação vigente.

Campo Bom, _____ de _____ de _____

LUCIANO LIBÓRIO BAPTISTA ORSI

Prefeito Municipal

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Sabrina Diana Geib
Assessora Jurídica Municipal
OAB/RS 86.725



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

ANEXO III

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 053/2024

MODELO DE DECLARAÇÃO DE NEGATIVA DE INIDONEIDADE E AUSÊNCIA DE FATO
IMPEDITIVO PARA LICITAR COM O PODER PÚBLICO

62

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

DECLARAÇÃO

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal, Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____ e do CPF n.º _____, DECLARA, sob as penas da lei, a negativa de idoneidade e ausência de fato impeditivo para licitar com o Poder Público.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

_____, em _____ de _____ de _____.

Nome completo e assinatura do(s) representante(s) legal(is) da empresa



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

ANEXO IV

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 053/2024
DECLARAÇÃO DA PROPOSTA ECONÔMICA

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

63

DECLARAÇÃO

Declaro, que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de entrega das propostas.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

_____, em _____ de _____ de _____.

Razão Social: _____

Nome completo e assinatura do(s) representante(s) legal(is) da empresa



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

ANEXO V

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 053/2024
MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO ME/EPP

DECLARAÇÃO

64

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal, Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____,

DECLARA que se **ENQUADRA** como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, não havendo nenhum dos impedimentos previstos nos incisos do § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

DECLARA, também, que está apto a utilizar-se dos benefícios previstos nos artigos 42 à 45 da Lei Complementar n.º 123/2006.

DECLARA, ainda, estar ciente das **SANÇÕES** que lhe poderão ser impostas, conforme disposto no respectivo Edital e no art. 299 do Código Penal, na hipótese de falsidade da presente declaração.

_____, em _____ de _____ de _____.

Razão Social: _____

Nome completo e assinatura do(s) representante(s) legal(is) da empresa



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

ANEXO VI

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 053/2024
MODELO DE DECLARAÇÃO REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

DECLARAÇÃO

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal, Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____ e do CPF n.º _____,

DECLARA que atende aos requisitos de habilitação, ainda, que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

_____, em _____ de _____ de _____.

Razão Social: _____

Nome completo e assinatura do(s) representante(s) legal(is) da empresa



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

ANEXO VII

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 053/2024
MODELO DE DECLARAÇÃO RESERVA DE CARGOS

DECLARAÇÃO

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal, Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____ e do CPF n.º _____,

DECLARA que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

_____, em _____ de _____ de _____.

Razão Social: _____

Nome completo e assinatura do(s) representante(s) legal(is) da empresa



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

ANEXO VIII

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 053/2024
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

À

Prefeitura Municipal de Campo Bom

Av. Independência, 800 - Centro – Campo Bom - RS

Referente: Licitação Modalidade Pregão Nº. ___/___, Abertura ___ de ___ de ___ às ___ h ___ m.

Proponente:

a) Razão Social _____

b) Endereço _____

c) Telefone _____ E-mail _____

d) CNPJ: _____

Assunto: PROPOSTA

MD Pregoeiro

Ilmos. Senhores da Equipe de Apoio

Vimos apresentar por intermédio desta, a nossa proposta para fornecimento de:

_____.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	ARMÁRIO 2 PORTAS COM CHAVE, 3 PRATELEIRAS INTERNAS, COR OVO, TAMANHO APROXIMADO 160 X 90 X 42 (AXLXP), EM MELAMÍNICO MDP	UN	19		
2	ARMÁRIO 2 PORTAS EM MDF - ESPESSURA 18MM (FUNDO DE NO MÍNIMO 15MM), TITAMENTE EM MELAMÍNICO BP NA COR OVO, COM CHAVE, ALTURA DE 180 A 210MM, LARGURA DE 85 A 110MM, PROFUNDIDADE DE 40MM, PUXADORES METÁLICOS OU EM ABS NA COR OVO, COM 04 PRATELEIRAS CAPACIDADE MIN 40 KG, SAPATAS PROTETORAS, DEVE SER ENTREGUE TOTALMENTE MONTADO.	UN	02		
3	ARMÁRIO DE AÇO DE 02 PORTAS - ALTURA DE 185 A 210 CM, LARGURA DE 80 A 110 CM, PROFUNDIDADE DE 37 A 47 CM; COM MATA JUNTA; FECHADURA CONJUGÁVEL COM CHAVE; 04 PRATELEIRAS CAPAZES DE SUPORTAR 40KG; TODO EM CHAPA DE NO	UN	02		



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

	MÍNIMO #26 (0,45MM); PINTURA ELETROSTÁTICA COM TINTA À PÓ NA COR CINZA OU BRANCA, SAPATAS PLÁSTICAS PROTETORAS; GARANTIA TOTAL DE 01 ANO; DEVE SER ENTREGUE TOTALMENTE MONTADO.				
4	ARMÁRIO DUAS PORTAS BAIXO - EM MDF 18MM, NA COR OVO, MEDINDO EM TORNO DE 75X90X40 CM, 2 PORTAS COM CHAVE, COM PRATELEIRAS INTERNAS.	UN	02		
5	ARMÁRIO ESTANDE CONTENDO NA PARTE INFERIOR 2 PORTAS E NA PARTE SUPERIOR 3 PRATELEIRAS MEDINDO EM TORNO DE 160X090X042 MATERIAL MDF COM ACABAMENTO DE ALTA QUALIDADE.	UN	10		
6	ARQUIVO DE AÇO DE 4 GAVETAS - ARQUIVO DE AÇO OFÍCIO 4 GAVETAS, FECHADURA COM 2 CHAVES, COR CINZA PADRÃO. FABRICADO EM CHAPA DE AÇO DE ESPESSURA MÍNIMA Nº 22 (0,75MM), TRATADA COM ANTIFERRUGINOSO E PINTURA EPÓXI-PÓ POR PROCESSO ELETROSTÁTICO. POSSUIR 4 GAVETAS COM DESLIZAMENTO POR CARRINHO TELESCÓPICO E CAPACIDADE DE PESO MÍNIMO 35KG POR GAVETA. POSSUIR PUXADOR TIPO ALÇA E PORTA ETIQUETAS. DIMENSÕES APROXIMADAS: 133X47X68 (AXLXP).	UN	03		
7	BANCADA PARA TRABALHO COM 4 BANQUETAS - A BANCADA DEVE MEDIR APROXIMADAMENTE 110X920X800MM (LXAXP). O MATERIAL DEVE SER EM MDF RESISTENTE À UMIDADE; TAMPO COM ESPESSURA DE PELO MENOS 35MM EM COR DE TONALIDADE CLARA AMADEIRADA, ESTRUTURA COM BUCHAS E PARAFUSOS METÁLICOS EM AÇO CARBONO ZINCADO, ANTIFERRUGEM, ACABAMENTO DOS CANTOS DEVE SER ARREDONDADO E SEM PARTES CORTANTES; PÉS E ESTRUTURA EM TUBO DE AÇO CARBONO ARREDONDADO, LISO, ANTIFERRUGEM, EM PINTURA ELETROSTÁTICA NA COR PRETA COM PELO MENOS 2 RODINHAS PARA MELHOR MOBILIDADE E TOMADA AO CENTRO DA BANCADA. CADA BANCADA DEVE VIR ACOMPANHADA DE QUATRO BANQUETAS COM ALTURA DE PELO MENOS 55CM, COM ASSENTO ESTOFADO NA	UN	04		



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

	COR PRETA, ESTRUTURA EM AÇO CARBONO ARREDONDADA, LISA, ANTIFERRUGEM, PINTURA ELETROSTÁTICA NA COR PRETA COM APOIO PARA OS PÉS NAS LATERAIS. DEVE ATENDER ÀS NORMAS DE SEGURANÇA VIGENTES, POSSUIR REPOSIÇÃO DE PEÇAS E TER GARANTIA DE FÁBRICA				
8	BANCOS GRANDES DE FÓRMICA - 3M COMPRIMENTO X 45CM DE ALTURA - COR BEGE.	UN	02		
9	BANQUETA PRETA COM ENCOSTO E COM ASSENTO ESTOFADO PRETO, MEDIDAS: LARG. 36CM, PROF. 37CM, ALT. 82CM.	UN	03		
10	CADEIRA COM BRAÇOS, ESTOFADA EM COURVIN PRETO, FIXA, QUATRO PÉS REFORÇADOS FIXOS EM ESTRUTURA DE AÇO.	UN	01		
11	CADEIRA ESTOFADA GIRATÓRIA COM BRAÇOS - COURVIN PRETO, RODÍZIOS, ESTRUTURA METÁLICA REFORÇADA, REGULAGEM DE ALTURA, PISTÃO A GÁS, SUPORTAR 120KG (MIN)	UN	23		
12	CONJUNTO ALUNO COMPOSTO DE CARTEIRA E CADEIRA: - CARTEIRA: ESTRUTURA EM TUBO DE AÇO 29X58MM EM CHAPA 16(1,5MM). PÉS EM TUBO DE AÇO 38MM (1 ½ ") EM CHAPA 16(1,5MM). FIXAÇÃO DO TAMPO EM TUBO 20X20 (PAREDE 1,50MM). PONTEIRAS E SAPATAS EM POLIPROPILENO NA COR AZUL, FIXADAS POR REBITES DE REPUXO DIÂMETRO DE 4,80MM, COMPRIMENTO 12MM. TRATAMENTO ESPECIAL ANTICORROSIVO E DESENGRAXANTE. PINTURA EM EPÓXI-PÓ, COR CINZA. PORTA LIVROS (503X304MM) EM POLIPROPILENO NA COR CINZA, FIXADO À ESTRUTURA LONGITUDINAL ATRAVÉS DE REBITES DE REPUXO. TAMPO RETANGULAR EM ABS (600X450MM) TEXTURIZADO NA COR CINZA 4MM DE ESPESSURA, SUPERFÍCIE PLANA SEM PORTA COPO E SEM PORTA CANETAS, BORDAS LATERAIS EM ALTO BRILHO (ABAS QUE ENVOLVEM A ESTRUTURA NAS DIMENSÕES DE 45MM DE ALTURA NO LADO POSTERIOR DO TAMPO COM REDUÇÃO PARA 21MM NA PARTE DO CONTATO COM O USUÁRIO) COM FRIZO PARA MAIOR RESISTÊNCIA, NERVURAS TRANSVERSAIS E LONGITUDINAIS PARA REFORÇO À TRAÇÃO NA PARTE INFERIOR DO TAMPO. ALTURA DA MESA: 760MM. APRESENTAR NA PROPOSTA	UN	300		



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

	<p>DE PREÇOS CERTIFICADO DE CONFORMIDADE DO INMETRO PARA O MODELO ESPECIFICADO DE ACORDO COM A NORMA NBR 14006/2008 E PORTARIA 105/2012 DO INMETRO COM O NÚMERO DO SELO ACOMPANHADO DO RELATÓRIO DE ENSAIO COM IMAGEM DO PRODUTO ESPECIFICADO EMITIDO POR LABORATÓRIO ACREDITADO PELO INMETRO E ACOMPANHADO DO RELATÓRIO DE LAUDO DE CONFORMIDADE COM A NORMA NBR 14006/2008 EMITIDO PELA ABNT/OCP. ££ CADEIRA: ESTRUTURA EM TUBO DE AÇO 20,7MM, EM CHAPA 14(1,90MM). PONTEIRAS, SAPATAS E ESPAÇADORES DO ASSENTO, EM POLIPROPILENO COPOLÍMERO VIRGEM, INJETADOS NA COR AZUL, FIXADAS POR ENCAIXE E PINO EXPANSOR. PROTEÇÃO DA SUPERFÍCIE COM TRATAMENTO ESPECIAL ANTICORROSIVO E DESENGRAXANTE. PINTURA EM EPÓXI-PÓ, HÍBRIDA COR CINZA. ASSENTO (400X400MM) E ENCOSTO (396X198MM) EM POLIPROPILENO INJETADOS, ANATÔMICOS, COR AZUL. ALTURA DO ASSENTO AO CHÃO 460MM.</p>				
13	<p>CONJUNTO MESA E BANCO PARA REFEITÓRIO (COMPOSTO DE 01 MESA E 02 BANCOS COM ENCOSTO): BANCOS PARA REFEITÓRIO: RETANGULAR, COM ENCOSTO MEDINDO 200X30MM, CONFECCIONADA COM TUBO30X30 (PAREDE1,20), COM 06 PÉS E REQUADRO EM TUBO 20X30MM NA PARTE INFERIOR DO ASSENTO, SOLDAGEM ELETRÔNICA MIG C/ TRATAMENTO ANTICORROSIVO E PINTURA EPÓXI COR PRETA, ASSENTO EM MDF DE 18MM, TAMANHO 2,00X0,30CM, REVESTIDO C/ LAMINADO FÓRMICA NA COR CASCA DE OVO, C/ BORDAS EM PVC, FIXADO C/ PARAFUSO AUTO-ATARRACHANTE E PONTEIRA NOS PÉS. ALTURA APROXIMADA DE 32CM. MESA PARA REFEITÓRIO: RETANGULAR, MEDINDO 200MMX80MM, CONFECCIONADA COM TUBO 30X30M (PAREDE1,20) NOS 04 PÉS E REQUADRO EM TUBO 20X30MM NA PARTE INFERIOR DO TAMPO, SOLDAGEM ELETRÔNICA MIG C/ TRATAMENTO ANTICORROSICO E PINTURA EPÓXI COR PRETA, TAMPO EM MDF DE 18MM COM ENGROSSAMENTO REVESTIDO C/ LAMINADO</p>	UN	08		



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

	FÓRMICA NA COR OVO, C/ BORDAS EM PVC. ALTURA 570MM.				
14	ESTANTE COM 8 DIVISÓRIAS INTERNAS MEDINDO EM TORNO DE 160X120X040 MATERIAL MDF COM ACABAMENTO DE ALTA QUALIDADE. COR EXTERNA BRANCA E INTERNA COLORIDA EM TONS CLARO – AZUL, ROSA, AMARELO E LARANJA.	UN	12		
15	ESTANTE DE AÇO, COR CINZA, 6 PRATELEIRAS, MEDINDO APROXIMADAMENTE 198X90X40 (AXLXP), CHAPA 26, REFORÇO EM X NAS LATERAIS E NO FUNDO, SUPORTAR 50 KG POR PRATELEIRA.	UN	10		
16	ESTANTE MONTA CARGA ESTANTE MONTA CARGA – ENCAIXÁVEL COM ESTRUTURA CONFECCIONADA EM CHAPA DE AÇO DE BAIXO TEOR DE CARBONO COMPOSTA DE 04 COLUNAS COM ESPESSURA DE 1,50MM DOBRADAS EM L COM RECORTES E PERFURAÇÕES EM SUAS ABAS QUE PERMITEM ENCAIXE DAS TRAVESSAS EM PASSOS DE 50MM. ESTANTE COMPOSTA DE 06 NÍVEIS COM LARGURA DE 1000MM E PROFUNDIDADE 450 MM. CADA NÍVEL É COMPOSTO DE 01 PRATELEIRA EM MADEIRA OSB COM ESPESSURA DE 10MM SOBREPOSTA A ESTRUTURA COMPOSTA POR 4 TRAVESSAS SENDO QUE A FRONTAL E A TRASEIRA SÃO DE ESPESSURA DE 1,50MM E AS LATERAIS POSSUEM ESPESSURA DE 1,20 MM DOBRADAS EM U COM SISTEMAS DE DOBRAS E RECORTE DE FORMA QUE SUA GEOMETRIA POSSIBILITE O ENCAIXE ENTRE TRAVESSA E COLUNA DE FORMA QUE A PRÓPRIA CARGA DA ESTANTE FAÇA O TRAVAMENTO, NÃO NECESSITANDO DE PARAFUSOS NEM DE TRAVAMENTOS DIAGONAIS PARA A SUSTENTAÇÃO DA ESTANTE. PEÇAS METÁLICAS POSSUEM TRATAMENTO QUÍMICO SUPERFICIAL FOSFATIZANTE, ANTIFERRUGINOSO E PINTURA EPÓXI PÓ COM CAMADA MÍNIMA DE 70 MICRAS. DIMENSÕES: LARGURA: 100CM X ALTURA 195 CMX PROFUNDIDADE 45CM	UN	08		
17	MESA REFEITÓRIO EMPILHÁVEL TAMANHO JUVENIL, COMPOSTO POR UMA MESA E DOIS BANCOS. MESA: ESTRUTURA EM TUBO DE AÇO RETANGULAR 20X40 (PAREDE 1,50MM), TIPO MONOBLOCO (ESTRUTURA ÚNICA) COM CORTES SOB FORMA DE ÂNGULO PERMITEM	UN	08		



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

	<p>O ENCAIXE DA MESA TORNANDO-A EMPILHÁVEL. TAMPO (2000X650MM) EM MDF DE 18MM DE ESPESSURA REVESTIDO EM LAMINADO MELAMÍNICO ACABADO NAS BORDAS COM PVC. ALTURA 580MM. BANCOS: ESTRUTURA EM TUBO DE AÇO RETANGULAR 20X40 (PAREDE 1,50MM), TIPO MONOBLOCO(ESTRUTURA ÚNICA) COM CORTES SOB FORMA DE ÂNGULO PERMITEM O ENCAIXE DA MESA TORNANDO-A EMPILHÁVEL. ASSENTO (1900X350MM) EM MDF DE 18MM DE ESPESSURA REVESTIDO EM LAMINADO MELAMÍNICO ACABADO NAS BORDAS COM PVC TIPO (T). ALTURA 340MM. APRESENTAR O CERTIFICADO DE CONFORMIDADE DO SISTEMA DE GESTÃO DE QUALIDADE, EMITIDO PELA ASSOC. BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT) CUJA CERTIFICADORA ESTEJA ENQUADRADA NO ESCOPO PARA CERTIFICAR O SGQ. O CERTIFICADO DEVERÁ CONTER O SELO DO INMETRO.</p>				
18	<p>MESA ACESSÍVEL COM 4 NÍVEIS DE AJUSTE E INCLINAÇÃO - MESA PCR, TAMPO REVESTIDO COM LAMINADO MELAMÍNICO. PORTA LIVROS TIPO CESTO EM ARAME 3/16, TAMANHO 360MM DE COMPRIMENTO X 90MM DE LARGURA X 265MM DE ALTURA, SOLDADO NA ESTRUTURA COM ESPAÇAMENTO MÁXIMO 60MM X 60MM, NA LATERAL. AJUSTE DE ALTURA EM 4 NÍVEIS. MESA: TAMPO 900X650MM (CXL). ALTURA FINAL, COMO SE TRATA DE UM MÓVEL AJUSTÁVEL SUA ALTURA MENOR É DE 640MM E A MAIOR DE 810MM. COR OVO.</p>	UN	04		
19	<p>MESA DE REUNIÃO REDONDA, 1.20 DE DIÂMETRO, ALTURA PADRÃO 0.75CM, ESTRUTURA DOS PÉS EM AÇO REFORÇADO 1.2MM COM PINTURA EPÓXI COM TRATAMENTO ANTI FERRUGEM NA COR PRETA, PÉS COM PONTEIRAS PLÁSTICAS 30X30. TAMPO EM MDF, REVESTIDO COM LAMINADO MELAMÍNICO NA COR OVO</p>	UN	01		
20	<p>MESA DE TRABALHO, COM GAVETEIRO COM 3 GAVETAS E CHAVE, NA - COR OVO, TAMANHO APROXIMADO DE 75X160X60 (AXLXP), EM MELAMÍNICO MDP.</p>	UN	10		
21	<p>MESA HEXAGONAL - 1 CONJUNTO CONTÉM 6 MESAS INDIVIDUAIS E 6 CADEIRAS - 1</p>	UN	01		



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

	<p>UNIDADE/CONJUNTO MESA: DEVE FORMAR UM CONJUNTO DE 6 MESAS PERMITINDO DIFERENTES FORMAÇÕES: INDIVIDUAL, DUPLAS, GRUPOS; TAMPO DEVE SER EM MDF RESISTENTE À UMIDADE, COM ACABAMENTO MELAMÍNICO NA PARTE INFERIOR E SUPERIOR EM COR SÓLIDA DE TONALIDADE CLARA, ESTRUTURA DA MESA COM BUCHAS E PARAFUSOS METÁLICOS EM AÇO CARBONO ZINCADO; AS BORDAS DEVEM POSSUIR CANTOS ARREDONDADOS PARA PROTEÇÃO E RESISTÊNCIA, E ATENDER ÀS NORMAS DE SEGURANÇA; PÉS EM TUBO DE AÇO CARBONO ARREDONDADO, LISO, ANTIFERRUGEM, PINTURA ELETROSTÁTICA, POSSUIR PONTEIRA COM RODA, FACILITANDO A MOVIMENTAÇÃO E POSSUIR SISTEMA DE TRAVAMENTO DA RODA; ALTURA DO TAMPO DEVE SER ADEQUADA PARA USUÁRIOS DE 1,55 À 1,90 DE ALTURA PELO MENOS. DEVE ATENDER ÀS NORMAS DE SEGURANÇA VIGENTES, POSSUIR REPOSIÇÃO DE PEÇAS E TER GARANTIA DE FÁBRICA. CADEIRAS: ESTRUTURA: PÉS EM TUBO DE AÇO CARBONO ARREDONDADO, LISO, ANTIFERRUGEM, PINTURA ELETROSTÁTICA, ALTURA DEVE SER ADEQUADA PARA USUÁRIOS DE 1,55 À 1,90 DE ALTURA PELO MENOS. ASSENTO E ENCOSTO DEVEM SER EM POLIPROPILENO RESISTENTE A ALTO IMPACTO, POSSUIR SUPERFÍCIES DE CONTATO ERGONÔMICAS, TEXTURIZADAS, COM CANTOS ARREDONDADOS E SEM REBARBAS. OFERECER OPÇÕES DE CORES: VERDE, VERMELHO, AZUL E AMARELO. DEVE ATENDER ÀS NORMAS DE SEGURANÇA VIGENTES, POSSUIR REPOSIÇÃO DE PEÇAS E TER GARANTIA DE FÁBRICA.</p>				
22	<p>QUADRO BRANCO 2,50 X 1,20M - EM LAMINADO, LOUSA BRANCA, MOLDURA EM ALUMÍNIO, FUNDO EM MDF 9MM, COM PORTA APAGADOR E CANETAS DE ALUMÍNIO, SUPORTE PARA FIXAÇÃO EM CHAPA 20X40MM COM PARAFUSOS 5,5 X 50 COM BUCHAS PLÁSTICAS Nº 8. MEDIDAS APROXIMADAS 2,50 X 1,20M.</p>	UN	15		
TOTAL					



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

Cumpre-nos informar-lhes ainda que examinamos os documentos da licitação, inteirando-nos dos mesmos para elaboração da presente proposta.

E em consonância aos referidos documentos, declaramos:

- 1 - Que estamos cientes e concordamos com os Termos do Edital em epígrafe e das cláusulas da minuta do Contrato em anexo;
- 2 - Que o prazo de validade da presente proposta, contados a partir da data de abertura do conjunto proposta, é de 60 (sessenta) dias;
- 3 - Que nos preços apresentados já estão contemplados todos os encargos, principalmente os impostos e ou descontos ou vantagens, e frete para a entrega dos materiais.
- 4 – Indicação do representante legal que assinará o Contrato;

Obs.: O preenchimento do presente anexo acarretará a conformidade da proposta da licitante com todas as características do objeto e exigências constantes no edital.

Local e Data. _____

Nome, Assinatura e Carimbo da Empresa.



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

ANEXO IX

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 053/2024

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DA LGPD

75

DECLARAÇÃO

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal, Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____ e do CPF n.º _____, **DECLARA** que seus empregados estão capacitados e/ou firmaram termo de responsabilidade de cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD.

_____, em _____ de _____ de _____.

Razão Social: _____

Nome completo e assinatura do(s) representante(s) legal(is) da empresa



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

ANEXO X

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 053/2024
MODELO DE DECLARAÇÃO DO ART. 7º, XXXIII DA CF

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

76

DECLARAÇÃO

Declaro, sob as penas da lei, que não possuímos em nosso quadro funcional pessoas menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

_____, em _____ de _____ de _____.

Razão Social: _____

Nome completo e assinatura do(s) representante(s) legal(is) da empresa